

Atos Oficiais

Lauda Visa:

Baixa de Responsabilidade Técnica - Proc. Nº 6044/2018 – L.J.M. Clínica Odontológica Ltda EPP, Marcela Sayuri Uechi, pela atividade odontológica. Patrícia Bezerra da Silva, Diretora de Vigilância Sanitária.

Leis e Decretos:

DECRETO Nº 7.183, DE 23 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre a criação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação no âmbito do Município de Ribeirão Pires.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei; e

CONSIDERANDO que a Tecnologia da Informação (TI) é atualmente reconhecida pelos gestores públicos como uma ferramenta fundamental para atender as necessidades estratégicas e operacionais, sendo um dos principais alicerces para a modernização da Gestão Municipal;

CONSIDERANDO que o planejamento de TI deve estar alinhado e integrado com o planejamento estratégico da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires e tem como objetivo estabelecer metas e ações da área de TI.

CONSIDERANDO a necessidade de cumprir o disposto na Lei nº [13.460/2017](#), no que tange as tecnologias da informação e comunicação;

CONSIDERANDO a necessidade de cumprir o disposto na Lei nº [13.709/2018](#), no que tange ao tratamento dos dados pessoais;

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver e manter atualizado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação que busque estratégias comuns e integradas para a Prefeitura, bem como a implementação da Política de Governança Digital;

CONSIDERANDO que a gestão das informações é determinante para a qualidade da prestação de serviços públicos;

CONSIDERANDO as diferentes demandas dos órgãos da administração pública quanto ao gerenciamento de informações, bem como a necessidade da existência de informações integradas e sistematizadas;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a segurança das informações geradas, adquiridas, processadas, armazenadas e transmitidas no âmbito da administração municipal, de forma a atender aos princípios da confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e legalidade;

CONSIDERANDO que os agentes públicos devem zelar pelas informações que lhes são confiadas no exercício de suas funções;

CONSIDERANDO por fim que as ações de Segurança da Informação reduzem custos e riscos e aumentam os benefícios prestados aos cidadãos, ao permitir a oferta de processos, produtos e serviços suportados por sistemas de informações mais seguros,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, que tem por finalidade definir e decidir as políticas, diretrizes e normas de tecnologia da informação, bem como aprovar, controlar e monitorar os projetos e ações de tecnologia da informação da Administração Pública Municipal.

Art. 2º O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação é composto por representantes dos órgãos municipais, a saber:

I - Gabinete do Prefeito;

II - Secretaria de Finanças e Administração;

III - Secretaria de Assuntos Jurídicos.

§1º A função de Presidente do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação será ocupada pelo Chefe do Gabinete do Prefeito.

§2º O Presidente do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação será responsável pela indicação dos demais representantes, cuja relação será oficializada por meio de Portaria do Chefe do Poder Executivo.

§3º Na composição do Comitê definido no *caput* deste artigo, recomenda-se que 40% (quarenta por cento) de seus integrantes seja constituído por servidores (as) efetivos (as).

Art. 3º O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação possuirá a seguinte constituição:

I - Presidente;

II - Secretário;

III - Membros.

§1º São atribuições do Presidente do Comitê:

a) cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno do Comitê;

b) convocar e presidir reuniões do Comitê;

c) coordenar, orientar e supervisionar as atividades do Comitê;

d) convocar, abrir, presidir, suspender, prorrogar e encerrar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

- e) submeter ao debate e à votação as matérias a serem deliberadas, apurando os votos e proclamando os resultados;
- f) requisitar informações e diligências necessárias à execução das atividades do Comitê;
- g) indicar representantes do Comitê, para participar de fóruns de debates com instituições que desenvolvam projetos de pesquisa ou estudos sobre tecnologia da informação;
- h) proferir voto de desempate em processo decisório;
- i) zelar pelo respeito às prerrogativas do Comitê.

§2º São atribuições do Secretário do Comitê:

- a) secretariar as reuniões;
- b) expedir as convocações para as reuniões, redigir e publicar resoluções e comunicações na forma regimental;
- c) organizar documentação: manter em dia e disponibilizar os documentos correlatos ao Comitê, bem como a escrituração dos livros e arquivos dos documentos sob sua responsabilidade e guarda;
- d) fornecer aos membros do Comitê os elementos necessários ao bom desempenho de suas atribuições;
- e) propor a definição de modelos de documentos formais para o andamento das reuniões, tais como:
 - 1. lista com nomes e funções dos membros do Comitê;
 - 2. modelo de agenda de reunião com priorização de assuntos;
 - 3. modelo de ata de reunião;
 - 4. modelo de lista de presença;
- f) auxiliar o presidente na coordenação, orientação e supervisão das atividades do Comitê;
- g) propor calendário de reuniões;
- h) elaborar e apresentar a pauta da reunião;
- i) organizar e distribuir documentos correlatos à pauta da reunião;
- j) lavrar as atas de reuniões e encaminhá-las aos representantes do Comitê;
- k) o Secretário do Comitê poderá solicitar pessoal e recursos materiais necessários para auxílio no exercício de suas atribuições administrativas.

§3º São atribuições dos Membros do Comitê:

- a) participar das reuniões ordinárias e extraordinárias;
- b) aprovar calendário de reuniões;
- c) analisar, debater e votar as matérias em deliberações;
- d) cumprir e fazer cumprir as decisões do Comitê;
- e) propor inclusão de matérias de interesse da organização;
- f) solicitar ao Secretário do Comitê informações e documentos necessários ao desempenho das atividades referentes ao Comitê;
- g) propor a realização de reuniões extraordinárias, quando necessário.

Art. 4º Compete ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação:

I – aprovar, implementar e atualizar o Plano Diretor Municipal de Tecnologia da Informação (PDTI), estabelecendo ações de curto, médio e longo prazos e voltadas para o atendimento das demandas dos diversos setores;

II - manifestar-se sobre a aplicação de recursos de tecnologia da informação, propondo diretrizes e identificando prioridades na sua aplicação;

III - permitir maior agilidade na consulta de dados e informações pelos gestores públicos e munícipes;

IV - propiciar maior controle dos agentes sobre os processos, de modo a facilitar a fiscalização dos serviços prestados;

V - diminuir o tempo de resposta da Administração para serviços prestados aos munícipes;

VI - utilizar a Tecnologia da Informação para criar mecanismos de transparência para a Administração Pública;

VII - elaborar e revisar continuamente os procedimentos e a normatização relacionada ao processo de gestão da Segurança da Informação;

VIII - avaliar propostas de modificação da Política de Segurança da Informação encaminhadas pelos demais órgãos e entidades da Administração Municipal;

IX - garantir que os registros de auditoria de eventos de Segurança da Informação sejam produzidos e mantidos em conformidade com as normas vigentes;

X - planejar, elaborar e propor estratégias e ações para a institucionalização da política, normas e procedimentos relativos à Segurança da Informação;

XI - compatibilizar estratégias, planos e ações desenvolvidos no âmbito da Administração Municipal relativos à Segurança da Informação;

XII - realizar análise de riscos em processos, em consonância com os objetivos e ações estratégicos estabelecidos pelo Executivo, e atualizá-la periodicamente;

XIII - promover estudos e projetos visando estimular o aperfeiçoamento tecnológico e científico em Segurança da Informação;

XIV - avaliar a eficácia dos procedimentos relacionados à Segurança da Informação, propondo e implementando medidas que visem a melhoria do processo de Gestão de Segurança da Informação no âmbito da Administração Municipal;

XV - recepcionar, organizar, armazenar e tratar adequadamente as informações de eventos e incidentes de segurança, determinando aos respectivos gestores as ações corretivas ou de contingência em cada caso;

XVI - apurar os incidentes de segurança críticos e dar o encaminhamento adequado;

XVII - promover a conscientização, o treinamento e a educação em Segurança da Informação.

XVIII - estabelecer e propor Plano de Investimento para a área de Tecnologia da Informação, inclusive quanto a aquisições de hardware e software; XIX - recomendar padrões e procedimentos técnicos e operacionais no uso da Internet e da Intranet;

XX - estabelecer mecanismos de coleta, organização e disseminação de informações sobre os serviços Internet/Intranet, bem como coordenar e articular ações visando prospecção e adoção de novas tecnologias;

XXI - recomendar adoção de metodologias de desenvolvimento de sistemas e inventário dos principais sistemas e base de dados;

XXII - estabelecer os critérios gerais relativos às aquisições, contratações e utilização de tecnologias da informação;

XXIII - autorizar ações na área de TI não previstas no PDTI; XXIV - Elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

Art. 5º Para que possa atingir seus objetivos, o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação terá como atribuições:

I - a definição de critérios e padrões tecnológicos e os protocolos de comunicação que serão utilizados pela Administração para garantir a interoperacionalidade dos sistemas;

II - a coordenação do processo de implantação da Tecnologia da Informação no âmbito da Administração; e

III – a definição das orientações gerais de racionalização de investimentos e de apropriação de custos na aplicação de recursos em Tecnologia da Informação, visando o seu uso de forma mais racional e eficaz, evitando retrabalho e investimentos desnecessários;

Art. 6º O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação reunir-se-á, ordinariamente, em periodicidade bimestral.

Parágrafo único. O Presidente do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação poderá promover a realização de reuniões extraordinárias, quando necessário.

Art. 7º As ações do Comitê serão encaminhadas ao Prefeito do Município de Ribeirão Pires, em até 72hs após a realização da reunião bimestral, para deliberação final no que se refere à devida implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 23 de junho de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI

Prefeito

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

RAPHAEL PINHEIRO VOLPI

Secretário Chefe de Gabinete

Processo Administrativo nº 1948/2021 – PM

Publicado no órgão da Imprensa Oficial

DECRETO Nº 7.189, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre a prorrogação do prazo estabelecido no artigo 1º do Decreto 7.169, de 20 de maio de 2021, que dispõe sobre a adoção de medidas no Município de Ribeirão Pires, com ações estratégicas de enfrentamento à pandemia decorrente do Coronavírus, nos termos do que prevê o Decreto Estadual nº 64.994, de 28 de maio de 2020, de acordo com a Fase de Transição do Plano São Paulo.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei; e

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 64.994, de 28 de maio de 2020, que dispõe sobre a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020 e institui o Plano São Paulo;

CONSIDERANDO que o Governo do Estado de São Paulo, no dia 23 de junho de 2021, prorrogou a Fase de Transição em todo o Estado até o dia 15 de julho de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado até o dia 15 de julho de 2021 o prazo estabelecido no artigo 1º do Decreto 7.169, de 20 de maio de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 29 de junho de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI

Prefeito

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

RICARDO NARDELLI JÚNIOR

Secretário de Governo

AUDREI ROCHA SILVA

Secretário de Saúde e Higiene

ANDREZA DE ARAÚJO BATISTA

Secretária de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano

DANIEL GONÇALVES DO CARMO JÚNIOR

Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil

Processo Administrativo 1692/2021 - PMRP

Publicado no órgão da Imprensa Oficial.

Resolução CMS:

RESOLUÇÃO 10/2021

Ribeirão Pires, 25 de junho de 2021.

A mesa Diretora do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal 3.288 de 08 de novembro de 1990, resolve, **AD REFERENDUM**:

1- Por solicitação da Comissão Eleitoral indicada pela Comissão Organizadora da XII Conferência Municipal de Saúde, estabelecido na Resolução 06 de 28 de maio de 2021 do Conselho Municipal de Saúde, abrir novo prazo de inscrição para os interessados em compor os Conselhos Gestores das Unidades de Saúde da Estância Turística de Ribeirão Pires abaixo relacionados:

- Na unidade CAPS Infantil, faltaram 03 usuários para completar o quadro,
- Na unidade São Lucas houve votação em que os votos nulos para seguimento Trabalhador foi maior que o total dos votos válidos apurados,
- Na unidade USF Santa Luzia, não constou na cédula um candidato trabalhador regularmente inscrito para compor o Conselho Gestor da unidade.
- No Centro de Zoonoses não houve inscritos para o seguimento usuários.

2- Serão mantidos os nomes dos inscritos na primeira inscrição, nas unidades que serão necessários novas eleições.

3 – Nos dias 28, 29 e 30 de junho serão abertas as inscrições para novas indicações e as mesmas serão por ficha de inscrição encaminhada aos gestores das unidades ou entregues na sede do Conselho Municipal de Saúde, e não por link.

4 - As eleições serão realizadas nos dias 01 - 02 - 05 de julho, da seguinte forma:

- CAPS Infantil – dia 05/07/2021 das 9 às 11 horas,
- USF Santa Luzia – dia 02/07/2021 das 9 às 11 horas,
- Centro de Zoonoses dia - dia 05/07/2021 entre 9 e 11 horas
- Hospital São Lucas – dia 01/07/2021 das 17 às 19 horas e dia 02/07/2021 das 17 às 19 horas, para contemplar os dois turnos de trabalho.

5 - Após o término das apurações dos locais faltantes, será divulgado resultado oficial das votações dos equipamentos, com os respectivos conselheiros eleitos, e abertos o prazo regimental de dois dias úteis para recursos.

Jose CS Lima

Presidente CMSRP

Raquel FT Cordeiro

1ª. Secretária CMSRP

Convocação COMADS:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual de Ribeirão Pires (COMADS), no cumprimento de suas atribuições, convoca todos os conselheiros suplentes e titulares e a todos os demais interessados para participar de reunião ordinária a se realizar no dia 07 de julho de 2020 (quarta-feira), às 19:00h; de forma telepresencial por conta da pandemia da covid-19, através do link: <https://meet.google.com/hbn-dekc-puv>

A reunião seguirá a seguinte pauta:

Leitura e aprovação da ATA da Reunião Anterior;

Informes da presidência;

Relatórios das comissões;

Discussão das demandas da população LGBTQIA+ do município;

Tema livre;

Ribeirão Pires, 29 de junho de 2020.

RAFAEL VENTURA

Presidente do COMADS

Resolução CMAS:

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 05/2021 - O CMAS-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Municipal n. 3.807/1995 e pelo Decreto Municipal n. 6.238/2011, torna público que em Reunião Ordinária nº7 realizada em 28/05/2021 RESOLVEU: **Art. 1º.** Prorrogar em caráter excepcional os mandatos dos conselheiros do CMAS – Gestão 2019-2021 -, até o mês de outubro de 2021, por conta do cenário causado pela pandemia de COVID-19, que resultou na situação de calamidade pública e em função da conferência municipal. **Art. 2º.** Essa resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação. Ribeirão Pires, 28 de maio de 2021. **CELI BARRETO DOS SANTOS FUKUI-PRESIDENTE DO CMAS.**

Pregão Presencial:

EDITAL DISPONÍVEL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2021, Processo de Compras nº 2526/2021, que trata do Registro de preços para locação de máquinas tipo trator para retirada de vegetação (papa-mato). O encerramento dar-se-á no dia 14/07/2021 às 08:30 horas, quando às 09:00 horas do mesmo dia serão abertos os envelopes. Maiores informações, serão fornecidas na Gerência de Suprimentos através do fone: (11) 4828-9860. O edital na íntegra poderá ser obtido no site www.ribeiraopires.sp.gov.br. Ribeirão Pires, 29 de junho de 2021. Douglas Menezes Souza - pregoeiro.